

**O JORNAL A “VOZ DO OESTE” E O DISCURSO DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA  
DESVALIDA NA DÉCADA DE 1940 EM CHAPECÓ**

Aline Fátima Lazarotto<sup>1</sup>

**Resumo:** Os discursos produzidos pela imprensa escrita constituem-se em um bom material de análise para aproximarmos dos múltiplos elementos que tecem as representações que construímos sobre a criança e a infância. Ponte (2009) destaca como a imprensa jornalística contribuiu para a construção social da infância e apresenta de que modo a representação pública da criança no jornalismo escrito constitui uma das áreas mais ignoradas de análise dos media. A autora enfatiza como as crianças na imprensa escrita são carregadas de poder simbólico e evocativo, são mais para serem vistas do que serem ouvidas, desta maneira, a criança vai se tornando um artefato simbólico do mundo adulto satisfazendo a seus próprios interesses. A partir destas contribuições, este trabalho pretende sinalizar, no campo dos estudos da história da infância, elementos acerca da condição social da criança na década de 1940 presentes no discurso da imprensa escrita em Chapecó (SC), tendo como fio condutor as contribuições teóricas de Foucault (2001), compreendendo que os discursos são transversalizados pelas dinâmicas de poder e saber de seu tempo. Assim, faz-se necessário, primeiramente, compreender de que modo são produzidas e o que determinará sua existência. Olhando para o passado, pretende-se realizar não uma leitura sobre algum fato do passado, mas descobrir as experiências que o passado carrega que podem ser “estopins” que permitirão explodir as continuidades históricas.

**Palavras-chave:** História da infância. Imprensa escrita. Discurso.

## **INTRODUÇÃO**

Este ensaio pretende ressignificar peças jornalísticas direcionadas às políticas de proteção à infância desvalida vinculadas ao jornal *A Voz de Chapecó*, que circulou na década de 1940 no oeste de Santa Catarina. As fontes/documentos foram localizadas no acervo do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM), situado no município. Este espaço foi criado em 1986 e construiu-se como um dos primeiros programas de extensão e pesquisa da Fundação Universitária do Desenvolvimento (Fundeste), que atualmente é mantenedora da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). Para a investigação foi selecionado apenas o jornal *A Voz de Chapecó*, que circulou de 1939 a 1949.

---

<sup>1</sup> E-mail: <alinel@unochapeco.edu.br>.

As pesquisas realizadas pela jornalista Cristina Ponte vêm reforçando como a imprensa jornalística contribui para a construção social da infância. A autora defende de que modo a representação pública da criança no jornalismo escrito constitui uma das áreas mais ignoradas de análise dos *media*, enfatizando que as crianças na imprensa escrita são carregadas de poder simbólico e evocativo, são mais para serem vistas do que serem ouvidas, desta maneira, a criança vai se tornando um artefato simbólico do mundo adulto, satisfazendo a seus próprios interesses. Assim, adverte Ponte (2009, p. 145): “Num jornalismo onde a personalização é valor-notícia, as crianças são por excelência ‘boas vítimas’ ou preocupantes ‘traidores’ da sua própria condição quando não correspondem a essa imagem de fragilidade.”

A partir destas contribuições é possível identificar como narrativas jornalísticas vão tecendo sentidos e significados que demarcam formas de ser e compreender a infância. A imprensa torna-se um bom material de análise, permite olhar para os fenômenos que constituem determinado tempo histórico. Além disto, possibilita perceber “que crianças são notícias? Quando é que são notícias? Quem tem voz nessas notícias e quem tende a ser ignorado?” (PONTE, 2009, p. 145).

As peças jornalísticas sobre criança e infância veiculadas pela imprensa de Chapecó (SC) na década de 1940 sinalizam os efeitos de um ideal nacional que vai enxergar na infância uma via de interesse sobre a criança. As investidas deste período ditatorial invadem os sertões do oeste catarinense, na busca de constituir uma nação, neste emaranhado de interesses políticos e ideológicos as crianças serão alvos dos projetos nacionalistas da Era Vargas, e principalmente o discurso de “educá-las” será a garantia para a constituição de um estado/nação.

Os discursos de assistência, proteção e educação conduziram as narrativas jornalísticas no decorrer do tempo observado, caracterizando as condições sociais da criança brasileira. A tarefa deste trabalho é sinalizar rupturas, confrontos, permanências presentes nos enunciados, principalmente evidenciar aquilo que é visível e invisível nas diferentes formas da imprensa referir-se à criança e à infância.

O olhar sobre o discurso pauta-se nas contribuições teóricas de Foucault (2001), compreendendo que os discursos sempre são transversalizados pelas dinâmicas de poder e saber de seu tempo, assim, faz-se necessário, primeiramente, compreender de que modo são produzidas e o que determinará sua existência.

## O JORNAL *A VOZ DE CHAPECÓ*

O jornal *A Voz de Chapecó* foi inaugurado em 3 de maio de 1939, acompanhando as características da imprensa brasileira do século XX, estruturando-se a partir do molde capitalista, empresarial, servindo as grandes empresas, sobretudo, aquelas que regulam a vida política. Tendo como fundador o advogado Vicente Cunha e idealizadores representantes do comércio do município da época, este meio comunicação foi liderado, durante um bom tempo, pela elite chapecoense, entre eles, o Coronel Ernesto F. Bertaso. É importante ressaltar que, além do seu fundador, todos os membros estavam à frente dos empreendimentos locais e representavam o partido político PSD.

A imprensa, a partir da década de 1930, vai ser um instrumento elementar nas disputas políticas travadas no contexto brasileiro, assumindo um papel fundamental na manutenção dos interesses políticos e ideológicos instaurados a partir do Estado Novo, liderado pelo então presidente Getúlio Vargas. Os anos de 1937 a 1945 se caracterizaram pela censura da opinião pública, principalmente jornais e revistas, que vão ser fechados por determinação do executivo. A manipulação dos meios de comunicação e a repressão a qualquer forma de expressão cultural são a base da ditadura varguista.

Acompanhando os preceitos políticos do governo que se instaura, a mídia deste período deve seguir a linha de imposições instaurada pelo então Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgão criado para centralizar e coordenar a propaganda nacional e atender aos interesses do governo. É neste contexto que o jornal *A Voz de Chapecó* irá produzir seus discursos, sendo no âmbito local um instrumento de disputas e manutenção do poder e apropriação de diferentes espaços da cidade de Chapecó.

As peças selecionadas para este ensaio são produtos deste contexto social, suas narrativas acompanham os discursos do governo de propagar um conjunto de princípios que corroborasse aos interesses políticos, ideológicos da ditadura varguista. Em Chapecó, a partir das referências encontradas, o jornal *A Voz de Chapecó* predominou por 11 anos como único periódico em circulação. Atuava como dispositivo não somente do poder local, mas controlando e representando os interesses estatais.

A assistência à infância desvalida foi, no período do Estado Novo, pauta dos interesses de diversas políticas instauradas por Vargas e a imprensa foi elementar para promover articulações destes projetos. Como destacam Arend e Lohn (2014, p. 12): “Acontecimentos e processos em âmbitos políticos, sociais e culturais ganharam importância histórica projetada no futuro (agora presente) a partir da ação e da elaboração do discurso da informação jornalística.”

Deste modo, para realização deste trabalho, foram selecionadas 75 peças jornalísticas que se referiam à criança ou à infância de 1939, data da primeira edição, até 1949, totalizando dez anos. A partir deste total, as peças foram divididas em três grupos: A criança cidadã, totalizando 32 peças; Políticas de assistência pública, 41 peças; e 2 peças que se referiam à criança abandonada.

Ao observar as peças dentro do veículo de informação, buscando os espaços destinados à criança e à infância, percebe-se na distribuição pela página um ligeiro predomínio na colocação na zona superior: 53,3% do total das 75 peças. A valorização gráfica se dá pela letra sempre com o título em itálico e presença, principalmente, das peças que se referiam aos projetos de Assistência à infância, na capa do jornal.

Esses elementos são importantes, pois destacam a função em valorizar as mensagens e conteúdo que as diferentes peças trazem através da imprensa escrita. Ao observar os conteúdos das mensagens, nota-se como os discursos direcionados à criança e à infância estiveram intimamente ligados às políticas assistencialistas e evidenciam como a imprensa escrita contribuiu para promover e legitimar essas políticas, além de divulgar uma representação de criança cidadã futuro para a sociedade. Como vimos na peça que ganhou a capa do jornal no dia 9 de julho 1939:

#### **Educação Intelectual infantil**

[...] A educação intelectual, sendo um complemento que vem integrar a formação individual na luta pela vida, esta entregue aos cuidados do Estado, por intermédio do Professorado, à alfabetização da população infantil, porém, não somente nos centros de civilizações já adiantados, onde as crianças pelo contato diário com pessoas cultas, possuem pelo convívio um certo desenvolvimento, mas com maior preferência a população sertaneja. Nos povoados onde paira o desconhecimento completo das noções de civilização. (*A voz de Chapecó*, 9 jul. 1939).

Nesta direção, o olhar sobre as peças jornalísticas podem sinalizar elementos para compreender as formas de representar a infância contemporânea, possibilitando novas leituras sobre o campo da história da infância. Apoiando nas contribuições de Ponte, o desafio desta investigação é perceber os vários mundos construídos nas páginas do jornal. Para autora: “Este aspecto salienta a necessidade de encarar a peça jornalística mais do que por indicadores meramente quantitativos: é pelos seus discursos e pelas suas imagens, pelas suas opções de visibilidade e invisibilidade que se constrói a comunicação jornalística.” (PONTE, 2005, p. 242).

### **NOTÍCIAS DE CRIANÇA NA DÉCADA DE 1940**

A Era Vargas representou um período de preocupações com a criança, advindas principalmente das elites da época. A utilização de critérios científicos para atender a infância desvalida foi a base de todo o discurso que permeou as políticas assistencialistas e paternalistas na defesa da nacionalidade e na formação de futuros cidadãos úteis para a sociedade. As narrativas jornalísticas que constituíram o cenário da década de 1940 caracterizaram os vários discursos transversalizados por interesses de poder que materializam o cotidiano das crianças e de suas famílias. A criança neste período é alvo de políticas de assistência patrocinadas pelos saberes científicos daquele momento da história.

Em pleno Estado Novo, o governo inaugura uma política de assistência ao menor e a infância, criando com isto diversos órgãos federais. Por uma lado, a “assistência à maternidade e à infância” e, por outro, a criação do Serviço de atendimento ao Menor (SAM). Rizzini (2009, p. 263) caracteriza este período como: “Os anos de 1942 e 1943 viram surgir diversas instituições de caráter social e de âmbito nacional, governamentais ou privadas, associadas a uma política compensatória em relação as mazelas do trabalhador e de sua família, incluído neste rol, a criança e o adolescente.”

De acordo com Alvim e Valladares (1988), é a partir do início do século XX que a situação da criança pobre ganha a alçada jurídica, dando sequência, com isso, a um conjunto de leis voltadas para a regulamentação do trabalho do menor e à situação da infância, principalmente a abandonada, em que se começa a ganhar os olhares do Estado. A partir deste momento, a palavra “menor” passa a legitimar e classificar uma parcela da população infantil,

ou seja, é designada “menor” toda criança com menos de 18 anos abandonada, delinquente (ALVIM; VALLADARES, 1988, p. 6).

Destaca-se que antes deste período a palavra “menor” não era comum e seu uso era restrito. Segundo Londoño (1996, p. 129): “A partir de 1920 até hoje em dia a palavra passou a referir e indicar a criança em relação à situação de abandono e marginalidade, além de definir sua condição civil e jurídica e os direitos que lhe correspondem.” O interesse pela criança e infância é nitidamente judicializado.

Para Londoño (1996, p. 133):

Esse interesse pela menoridade por parte do jurista coincide também com a introdução da puericultura por parte dos médicos e com a importância que já desde o século XIX vinha cobrando a educação dos jovens. Acreditamos que esse querer saber sobre a criança, esse querer tratar adequadamente ela, evidenciou-se com força como subproduto do prestígio que adquiriram entre os setores ilustrados das classes dominantes as chamadas ciências positivas e o desejo de copiar a europeus e americanos como uma forma de participar dos avanços do progresso ocidental.

O SAM, inaugurado em 1941, foi um órgão do Ministério da Justiça e Negócios Interiores que funcionava como um paralelo do Sistema Penitenciário para os “menores”. Para acompanhar este projeto, criou-se no mesmo período o Departamento Nacional da Criança (DNCR), órgão responsável pela coordenação das ações dirigidas à criança e à família. Destaca-se também neste período a criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA/Ato do Governo Federal n. 6.013), pela então primeira dama Darcy Vargas.

Percebe-se, através do jornal *A Voz de Chapecó*, como a imprensa contribuiu para disseminar as propostas impostas pelo governo através das políticas de assistência à infância influenciando, sobretudo, aos cuidados de higiene como “cuide dos dentes de seu filho”, “cuidados com o banho”, “como vestir seu bebê”<sup>2</sup>. As políticas de assistência à infância são utilizadas pelo governo neste período para estruturação de um Estado autoritário e para cumprir os anseios do sistema capitalista.

Neste sentido, os projetos assistencialistas serão instrumentos para adaptação de crianças frente às novas mudanças que ocorriam na sociedade. Desta maneira, destaca-se a

---

<sup>2</sup> *Voz do Oeste*, ano 8, ed. 148, p. 2, 3 ago. 1947.



função do DNCr, que associava educação e saúde, desenvolvendo diversas estratégias para disseminar um modelo de criança e infância. De acordo com Pereira (1999, [s.p.]):

O modelo assistencialista do DNCr era baseado na criação de certos equipamentos públicos, principalmente os chamados Postos de Puericultura, onde todas as mães (e não só as pobres) deveriam receber orientação médica desde o início da gravidez, seguindo-se o acompanhamento da criança até a fase escolar, quando entraria em cena a Casa da Criança, que correspondia a um tipo de escola com orientação médica. Tais estabelecimentos seriam supostamente construídos e mantidos por iniciativa local. Ao Departamento cabia dar apenas a orientação técnica e, eventualmente, algum subsídio em dinheiro. O programa, portanto, dependia da boa vontade de certas figuras sociais que podem ser divididas em três categorias: a) os profissionais: médicos e professoras; b) as autoridades públicas: prefeitos e juízes; c) a ‘elite moral’: os ricos e ‘especialmente as brasileiras’.

Estas indicações do autor estão visivelmente presentes na imprensa chapecoense. As peças referentes aos programas assistencialistas desenvolvidos pelo Estado neste período representam um número significativo que caracteriza o importante papel da imprensa na legitimação dessas políticas voltadas para infância. Em uma chamada de 1948, o jornal enfatiza que em Chapecó “o programa era organizado”<sup>3</sup>, referindo-se às Semanas da Criança realizadas em todo território nacional, para disseminar os ideais das autoridades públicas.<sup>4</sup>

A LBA também figura nessas páginas, ilustrando as políticas de assistência às mães e crianças na primeira infância. Conforme a LBA, a toda criança nascida ou residente no Brasil são reconhecidos os seguintes direitos:

- 1- Ser atendida desde o seio materno, e nascer bem, evitados o quanto possível os riscos de morte, doença ou enfermidade;
- 2- Ser criada sob o carinho maternal e no ambiente da família, ou, na falta deste, num que lhe aproxime o mais possível;
- 3- Nunca sofrer fome ou penar por insuficiência de elementos nutritivos indispensáveis;
- 4- Ser tratada como criança, e como tal respeitada e atendida nos seus justos interesses e aspirações;
- 5- Receber os princípios de educação que se preparem para a vida e lhe permitam tomar consciência do seu primeiro destino.<sup>5</sup>

<sup>3</sup> Chamada: “Semana da Criança em Chapecó! O programa organizado” (*Voz do Oeste*, ano 8, ed. 148, p. 2, 3 ago. 1947).

<sup>4</sup> De acordo com Silva (2003, p. 68), estes concursos organizados pelas políticas de assistência à infância pensavam a criança no presente como perspectiva voltada para um futuro desenvolvimento nacional, onde esta possa ser compreendida com um “vir a ser”, “semente a desabrochar”. É importante ressaltar, segundo a autora, que estas ideias “[...] presentes nos discursos oficiais do Estado irão também influenciar na formação de professores, que tornam-se grandes aliados para que o ideário governamental se expresse e seja multiplicado na sala de aula junto as crianças.” (SILVA, 2003, p. 76). A escola, assim como a imprensa, será um meio para fortalecer os novos ideais impostos pelas políticas assistencialistas direcionadas à infância.

<sup>5</sup> *Voz do Oeste*, ano 8, ed. 196, p. 4, 8 ago. 1947.

As peças referentes às políticas assistencialistas implantadas no Estado Novo sempre trazem como interlocutores a esposa do prefeito, o médico, e as “legionárias que cumpriam esta missão”. Criada em 1942, esta política assistencialista tinha como objetivo assistir as famílias dos convocados à II Guerra Mundial, e como coloca Alvim e Valladares (1988, p. 8), a LBA estava “[...] inicialmente voltada para os filhos dos integrantes da FEB (Força Expedicionária Brasileira) que lutaram na Itália.” Somente em 1945 assume o compromisso com a assistência à maternidade e à infância. De acordo com Rizzini (2009, p. 273):

Os Estatutos da LBA já previam a sua manutenção nos tempos de paz, através do redirecionamento de suas ações para os problemas da maternidade e da infância necessitada. Suas ações tinham um caráter nacional, tendo a primeira dama convocado, através de telegrama, as esposas dos governadores estaduais e dos interventores federais para instituir em cada estado uma representação da recém fundada Legião Brasileira de Assistência.

Em Chapecó, a LBA foi coordenada pelo médico Darcy de Camargo que se instalou na cidade em 1943, sendo o primeiro médico a viver na região e tendo como especificidade a pediatria (TUMELERO, 2010, p. 49). Com as inúmeras dificuldades e precariedades dos atendimentos na região, em 1946 é construído o hospital Santo Antônio para minimizar o número de epidemias que havia na região. Mesmo com o hospital, o grande número de crianças doentes e o alto índice de mortalidade infantil continuava. Para tentar diminuir essas causas é instalado em 1947 o primeiro Posto de Puericultura, disponibilizado pela LBA para atender as mães e as crianças da cidade, do qual o Dr. Darcy de Camargo era médico.<sup>6</sup>

Com a nova estruturação da LBA e pretendendo um controle maior em diferentes estados, esta se junta aos objetivos da DNCr e com apoio de técnicos puericultores e primeiras damas as políticas de assistência se disseminam em diferentes locais. O DNCr, que associava

---

<sup>6</sup> Cabe ressaltar que se tem presente na região, nesta década, outro médico, o Dr. Rubens Rauem (UDN), que irá aparecer na imprensa apenas da década de 1950 à frente de políticas públicas para a infância. Através dos estudos realizados pela jornalista Monica Hass (2000), os médicos Darcy de Camargo (PSD) e Rubens Rauem (UDN) estavam envolvidos nas disputas políticas da região neste período. A autora confirma que o médico Rauem foi um dos fundadores do Hospital Santo Antônio e que por divergências políticas tinha sido afastado do cargo de administrador do hospital, o que levou os Bertaso (PSD), que estavam no comando da administração pública no momento, a eleger Darcy Camargo para o cargo. Segundo entrevistas da autora, o médico Rubens Rauem chegou a ser proibido de entrar no hospital. A respeito, ver Hass (2000, p. 154).



saúde e educação, tinha como objetivo sanear o ambiente social através da higienização e, por meio da educação moral, inculcar ideais do Estado Novo nas crianças e em suas famílias.

Desta maneira, percebe-se que os ideais presentes na política de assistência, tanto da LBA, quanto da DNCr era a “preservação da raça”, a assistência sempre vinculada entre privado e estatal (FALEIROS, 2009, p. 56). Ambas tinham a tarefa de garantir uma mão de obra disciplinada, saudável e útil para o progresso da nação. Nota-se como a imprensa contribuiu para construir um ideal de criança e infância, seguindo a cartilhas dos programas governamentais e interferindo de forma minuciosa nas orientações para as famílias, naquilo que se refere aos cuidados com a criança, incluindo a regulação da educação moral.

#### Educação moral infantil

[...] Compete ensinar-lhes que a vida só tem um único caminho que leva à perfeição, à estima de todos, é o caminho da virtude e da moral; fora desse caminho encontra-se a maldade, a perversidade, o repudio da sociedade, que o despreza e foge da sua aproximação [...].<sup>7</sup>

Preservar a saúde da criança pela manutenção de sua família representava uma estratégia social. Desta forma, orientar as mães de como cuidar de seus filhos também disseminou um ideário acerca da mulher, que, de acordo com Vieira (2003), para os técnicos da DNCr, as mães não tinham condições de educar a criança, pois negligenciavam a boa saúde dos filhos. Em função deste discurso são formados os clubes de mães dos Postos de Puericultura e é designado à escola um papel fundamental<sup>8</sup>.

Para Pereira (1999), a escola terá grande influência dos médicos puericultores e seus projetos incluirão “higiene, comportamento, recreação e ensino formal”. O objetivo era fazer o que a família não vinha conseguindo: formar pessoas capazes de trabalhar em grupo, unificadas por ideais de coletividade que incluíam todos, apesar de suas diferenças sociais, em favor de um objetivo maior: a construção da Nação. Segundo a imprensa: “A escola existe e

<sup>7</sup> *Voz do Oeste*, ano 1, ed. 9, p. 1, 7 jul. 1939.

<sup>8</sup> De acordo com Vojniak (2004), no contexto de Chapecó as elites organizaram a educação de seus filhos entendida como a chave para o progresso. A preocupação do governo e das elites estava atrelada principalmente com a ideia de uma conduta “[...] que atendesse um rol de exigências que definiam um perfil ideal de homem: um homem capaz de contribuir no desenvolvimento local e do país e legitimar tal ‘progresso’.” (VOJNIAK, 2004, p. 160). A imprensa escrita foi a ferramenta para divulgar e fortalecer esses ideais.

existirá sempre para iluminar os cérebros da criança, impulsioná-las na senda dignificadora da inteligência.”<sup>9</sup>

A escola foi sempre convocada para disseminar ideais das políticas assistencialistas em um discurso que garantia sua centralidade. Ela representava uma conquista, o “Jardim de infância” um lugar de “transição entre o lar e a escola”<sup>10</sup>. A sua obrigatoriedade possibilitava “[...] oferecer de modo especial às crianças de 7 a 12 anos as condições de equilibrada formação e desenvolvimento da personalidade.”<sup>11</sup> Por meio dos organismos educacionais e sanitários, o Estado começa a dividir o dever de criar hábitos sadios e combater os desvios morais e sociais.

Através do discurso da imprensa, percebe-se que a escola tornou-se um meio para a divulgação dos ideários das políticas assistencialistas. Além de divulgar regras de higiene e moral, por meio da escola também se promoveu a virtude da raça. De acordo com Veiga e Gouvêa (2001, p. 10), que realizam um estudo sobre os festejos comemorativos da criança neste período, a promoção da infância sadia constituía estratégia privilegiada de divulgação da eugenia, pois, ao festejar a infância bela e robusta, criavam-se condições de disseminação e irradiação do ideal de aprimoramento racial. Além disso, os festejos e as comemorações, como “O dia da criança” e “Semana da criança”, eram estratégias para promover e instituir políticas assistencialistas lideradas pelos médicos higienistas.

Percebe-se no discurso da imprensa escrita a exaltação dos nomes dos médicos que acompanhavam os projetos, a representação de criança bela, robusta, que trazia consigo um código de beleza e vigor. Estes eventos, que aconteciam, na maioria das vezes, nas escolas ou em praças públicas, eram contemplados pela população.

Para Veiga e Gouvêa (2001, p. 11):

A criança será definida no discurso eugênico como corpo biológico, exemplar da espécie. Tal como o adulto, a criança é remetida a uma unidade maior – a raça, que lhe dá significação e a qual deve servir. No primeiro congresso eugênico, realizado em 1929, um dos discursos proclamava: ‘cada um deve considerar-se ocupante de um posto no seio da coletividade, ao qual cumpre honrar’. Tal coletividade não é somente a pátria, mas também a raça, sendo a infância chamada a ocupar seu papel numa sociedade eugênica. Ela

<sup>9</sup> *Voz do Oeste*, ano 1, ed. 10, p. 1, 19 jul. 1939.

<sup>10</sup> *Voz do Oeste*, ano 2, ed. 80, p. 4, 10 abr. 1941.

<sup>11</sup> *Voz do Oeste*, ano 7, ed. 91, p. 4, 29 jun. 1946.

deveria espelhar, em seu corpo belo e robusto, uma raça saudável, aprimorada pela prática constante de exercícios físicos.

As peças apresentadas até agora demonstram uma representação de criança ordeira, futuro cidadão a serviço da sociedade. O discurso da imprensa que caracterizou uma criança robusta, bela, limpa, educada e saudável apresentou silenciosamente outra realidade da criança brasileira deste período e deixa claro o projeto de nação desejado pelo estado autoritário.

Nos dez anos observados, das 75 peças, apenas duas referem-se à criança abandonada, em situação de miséria e que neste momento aparece na imprensa como um problema, um incômodo que precisa ser resolvido por autoridades. O “surto de pedinchões” aparece na imprensa escrita como uma epidemia de crianças a pedir esmolas nas ruas da cidade<sup>12</sup>. Isso é visto na reportagem a seguir:



É importante destacar que a década de 1940 é o auge da colonização da cidade de Chapecó, quando várias famílias foram despejadas de suas casas e submetidas a viver em condições precárias à margem da sociedade. Deste modo, o que ganha as páginas do jornal *A Voz de Chapecó* foram as crianças com nomes e sobrenomes emitindo ideais de harmonia, inocência e pureza. Anúncios de batizados e nascimentos ganharam as zonas superiores, os títulos em evidência durante várias edições do jornal impresso, demonstrando a importância social de uma criança ideal que acompanhava os preceitos de normalidade instaurados a partir

<sup>12</sup> *Voz do Oeste*, ano 8, ed. 252, p. 4, 4 set. 1949.

do período ditatorial.<sup>13</sup> Os anúncios referentes à criança e suas famílias não fugiram dos interesses políticos desta época nem da pretensão de servir à elite oligárquica que dominava neste período a cidade de Chapecó.

As peças jornalísticas sobre criança e infância que predominaram na década de 1940 representaram a proposta ideológica do Estado para controlar atitudes, comportamentos e principalmente legitimar uma ideia de criança como futuro homem para a sociedade.

Neste sentido, é possível afirmar que a imprensa na década de 1940 foi um dispositivo para difundir um projeto de consolidação de um cidadão identificado com a nação. Apoiando-se em Veiga e Gouvêa (2001, p. 15): “Aqueles que tinham sua identidade definida a partir da identificação com o modelo de infância que se celebrava era dada a tarefa de construir o futuro da nação, espelhando em seu corpo e suas ações a responsabilidade de seu lugar.” E pode-se afirmar que os que não possuíam essa identidade eram, de algum modo, silenciados.

## CONSIDERAÇÕES

Num contexto marcado pelo processo de industrialização, modernização e aumento da população, Chapecó na década de 1940 exprime, através dos vestígios da imprensa, como a criança esteve interligada aos interesses econômicos e políticos que defendiam a segurança nacional para um projeto de Estado/Nação.

Atendendo às exigências nacionais, a imprensa, pelo que se lê, cumpriu as normas da cartilha da política nacional, que buscava, por meio das estratégias de poder, espalhadas por diversos espaços, gerir a população. Entre o que foi visível e invisível nas narrativas jornalísticas, nos dez anos as peças delinearão um *continuum* de discursos que se aproximam, estão no mesmo local e espaço no jornal, e tem como seus locutores os membros representantes da elite local.

Seja nas comemorações de nascimentos, seja nas reportagens prescritivas para os cuidados de saúde e moral da criança, as infâncias se constituem não a partir de uma singularidade, mas de um emaranhado de práticas discursivas marcadas por relações de poder e saber que se interligaram aos interesses políticos, econômicos e sociais de seu tempo.

---

<sup>13</sup> *Voz do Oeste*, ano 8, ed. 164, p. 4, 7 dez. 1947.

O grande número de peças representando as políticas de assistência à infância desvalida, que prevaleceram no período estudado, evidencia como a imprensa escrita desta época constitui-se em porta-voz da promoção da criança ideal futuro cidadão útil para a sociedade. Pode se afirmar, a partir de Pilloti Rizzini (2009, p. 327), que neste período crianças e adolescentes transformaram-se “[...] não apenas no objeto dos cuidados e da intervenção higienista patrocinada pelo Estado, mas num canal de acesso e controle, por meio do qual era possível penetrar nas famílias para conferir-lhes o padrão desejado.”

## REFERÊNCIAS

- ALVIM, M. R. B.; VALLADARES, L. P. Infância e sociedade no Brasil: uma análise da literatura. **Boletim Informativo e Bibliográfico**, Rio de Janeiro, n. 26, p. 3-37, 1988.
- FALEIROS, V. P. Infância e processo político no Brasil. In: RIZZINI, I.; PILOTTI, F. (Orgs.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24 ed. São Paulo: Loyola, 2014.
- GOUVEA, C. **Uma contribuição para a história da infância: festejos comemorativos da criança**. 2001. (Artigo publicado na ANPED, GT História).
- HASS, Monica. **Os partidos políticos e a elite chapecoense: um estudo de poder local – 1945-1965**. Chapecó: Argos, 2000
- LONDOÑO, F. T. A origem do conceito de menor. In: DEL PRIORE, M. (Org.). **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto; CEDHAL, 1996.
- PEREIRA, André Ricardo. A criança no Estado Novo: uma leitura na longa duração. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 19, n. 38, 1999.
- PONTE, M. C. **Crianças e jovens em notícias**. Lisboa: Livros Horizontes, 2009.
- RIZZINI, I. **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais da legislação e da assistência à infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Internacional Del Nino; Editora Universitária Santa Ursula; Anais Livraria e Editora, 1995.
- \_\_\_\_\_. O movimento de salvação da criança no Brasil: ideias e práticas correntes de assistência à infância pobre na passagem do século XIX para o XX. In: CONGRESSO BRASA, 8., 2006, Nashville. **Anais...** Nashville: Vanderbilt University, 13-16 out. 2006.

\_\_\_\_\_; PILOTTI. A arte de governar crianças. Lições do passado e reflexões para o presente. In: RIZZINI, I.; PILOTTI, F. (Orgs.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, A. C. **As concepções de criança e infância na formação dos professores catarinenses nos anos de 1930 e 1940**. 2003. 177 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

TUMELETO, M. R. **A Legião Brasileira de Assistência e os investimentos feitos sobre as mulheres e as crianças na construção de uma nova Chapecó-SC (1940-1960)**. 2010. 132 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

VOJNIAK, Fernando. **Masculinidades na constituição do oeste catarinense**. In: Revista Grifos, n. 16, p. 156-179, maio/2004.